

## **INSTRUÇÃO NORMATIVA CAGE Nº 2, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021.**

Dispõe sobre procedimentos contábeis aplicáveis aos bens de infraestrutura.

**O CONTADOR E AUDITOR-GERAL DO ESTADO**, no uso da atribuição que lhe confere os arts. 2º, inciso XXVII, e 6º, inciso VII, da [Lei Complementar nº 13.451, de 26 de abril de 2010](#),

### **RESOLVE:**

#### **Capítulo I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**Art. 1º** -Esta Instrução Normativa disciplina, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado, os procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento, à mensuração e à evidenciação dos bens de infraestrutura.

**Parágrafo único** -Esta Instrução Normativa se pauta no disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) 05 e 07, do Conselho Federal de Contabilidade, e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme art. 1º do [Decreto nº 48.344, de 6 de setembro de 2011](#).

**Art. 2º** -Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se:

**I** -bens de infraestrutura: os ativos que geralmente apresentam algumas ou todas as seguintes características:

- a)** são parte de um sistema ou de uma rede;
- b)** são especializados por natureza e não possuem usos alternativos;
- c)** não podem ser removidos; e
- d)** podem estar sujeitos a restrições na alienação;

**II** -valor justo: o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo extinto, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em transação sem favorecimentos;

**III** -valor recuperável: é o valor justo do ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor presente dos benefícios econômicos que se espera obter pelo seu uso e, ao final da sua vida útil, alienação, o que for maior;

**IV** -classe de bens: agrupamento de ativos de natureza ou função similares nas operações da entidade, que é apresentado como um único item para fins de divulgação nas demonstrações contábeis;

**V** -ativo de concessão de serviços: é o ativo utilizado para prover serviços públicos no acordo de concessão de serviços que:

**a)** é fornecido pela concessionária, sendo que:

1. constrói, desenvolve ou adquire o ativo de terceiro; ou
2. é um ativo preexistente da concessionária;

**b)** é fornecido pela concedente, sendo que:

1. é um ativo preexistente da concedente; ou
2. corresponde a uma melhoria em ativo preexistente da concedente;

**VI** -acordo de concessão de serviços: acordo vinculante entre uma entidade concedente e uma concessionária em que:

**a)** a concessionária usa o ativo da concessão, por prazo determinado, para prover serviços públicos em nome da concedente; e

**b)**a concessionária é compensada por seus serviços durante o período da concessão.

## **Capítulo II**

### **DO RECONHECIMENTO E DA MENSURAÇÃO**

**Art. 3º** -Por ocasião do reconhecimento como Ativo Imobilizado, os bens de infraestrutura devem ser mensurados:

**I** -nas transações com contraprestação, pelo seu custo;

**II** -nas transações sem contraprestação, pelo seu valor justo na data da aquisição; e

**III** -para os ativos fornecidos ou melhorados pelas concessionárias de serviços públicos, deve ser aplicado o disposto no art. 4º.

**§ 1º** -O custo ou o valor justo dos bens de infraestrutura devem ser determinados conforme os critérios estabelecidos na NBC TSP 07.

**§ 2º** -O reconhecimento deve ocorrer em contas contábeis específicas de acordo com a natureza de cada classe de bens.

**Art. 4º** -Quando um bem de infraestrutura for objeto de um acordo de concessão de serviços, permitindo-se a sua utilização pela concessionária, o órgão ou a entidade concedente deve:

**I** -reconhecer pelo valor justo, na data da aquisição, como um ativo de concessão de serviços, quando o bem for novo, ou ainda não reconhecido no ativo;

**II** -reclassificar o ativo preexistente como um ativo de concessão de serviços; e

**III** -reconhecer pelo valor justo as melhorias entregues pela concessionária relativamente aos bens já reconhecidos como ativos de concessão de serviços.

**§ 1º** -Os ativos de concessão de serviços devem ser contabilizados como uma classe separada de bens.

**§ 2º** -A cada bem ou melhoria entregue pela concessionária, após o reconhecimento de um ativo, também deve haver um reconhecimento de passivo, a ser amortizado de acordo com os critérios estabelecidos na NBC TSP 05.

**Art. 5º** -Os custos subsequentes ao reconhecimento inicial realizados no bem de infraestrutura deverão ser incorporados ao ativo, quando ampliarem a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

**Parágrafo único** -Os gastos posteriores ao reconhecimento inicial realizados no bem de infraestrutura que não resultem em ampliação de sua capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou de seu potencial de serviços deverão ser reconhecidos como despesa do período em que ocorrerem.

**Art. 6º** -A mensuração dos bens de infraestrutura, após o reconhecimento como Ativo Imobilizado ou após a avaliação inicial de que trata o art. 13, deve ser efetuada pelo modelo da reavaliação previsto na NBC TSP 07, o que consiste em demonstrá-los pelo seu valor justo na data da reavaliação, reduzido de qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes.

## **Capítulo III**

### **REAVALIAÇÃO, DEPRECIAÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL**

**Art. 7º** -As reavaliações dos bens de infraestrutura devem ser realizadas com suficiente regularidade para assegurar que o valor contábil do ativo não difira materialmente do valor justo.

**§ 1º** -As rodovias e suas obras de arte especiais devem ser reavaliadas conjuntamente, por região ou por outras formas de agrupamento, consoante procedimentos uniformes estabelecidos pelo órgão ou pela entidade responsável pela administração e conservação da malha rodoviária.

**§ 2º** -Os demais bens de infraestrutura devem ser reavaliados conjuntamente no âmbito de cada classe de bens, consoante procedimentos regulares e uniformes a serem estabelecidos pelo órgão ou pela entidade responsável pela administração e conservação.

**§ 3º** -A reavaliação individualizada de um bem de infraestrutura pertencente a uma classe de bens, efetuada para finalidades diversas à mensuração do valor contábil, não deve ensejar registro contábil.

**Art. 8º** -Por ocasião da reavaliação, o bem de infraestrutura deve ser contabilizado pelo valor reavaliado e o saldo das correspondentes contas de depreciação acumulada e de redução ao valor recuperável deve ser zerado.

**§ 1º** -Se o valor contábil da classe de ativos aumentar em virtude da reavaliação, esse aumento deve ser contabilizado à conta de reserva de reavaliação.

**§ 2º** -Se o valor contábil da classe de ativos diminuir em virtude da reavaliação, essa redução deve ser reconhecida no resultado do período, salvo se houver saldo na conta de reserva de reavaliação referente à mesma classe.

**Art. 9º** -Os bens de infraestrutura reconhecidos, adquiridos, incorporados e/ou colocados em utilização, a partir de 1º de janeiro de 2022, serão depreciados utilizando-se as taxas de depreciação e os valores residuais determinados pelo órgão ou pela entidade responsável pela administração e conservação, observado o disposto no art. 14.

**§ 1º** -O órgão ou a entidade poderá adotar taxas de depreciação para cada bem ou classe de bens de acordo com a vida útil e valor residual estimados.

**§ 2º** -As taxas de depreciação e os valores residuais deverão ser revisados a cada reavaliação.

**Art. 10** -O órgão ou a entidade deve verificar anualmente se algum bem de infraestrutura teve perda de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, por meio de informações provenientes de fontes externas ou internas.

**§ 1º** -As seguintes informações de origem externa exigem que a verificação seja efetuada:

**I** -término, ou proximidade do término, da demanda ou da necessidade de serviços fornecidos pelo ativo; e

**II** -mudanças significativas de longo prazo com efeito adverso sobre o órgão ou a entidade, que ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, legal ou de política governamental.

**§ 2º** -As seguintes informações de origem interna exigem que a verificação seja efetuada:

**I** -evidência disponível de obsolescência ou de dano físico do ativo;

**II** -mudanças significativas de longo prazo com efeito adverso sobre o órgão ou a entidade, que ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo, na extensão ou maneira em que o ativo é, ou se espera que seja, utilizado;

**III** -decisão de interromper a construção do ativo antes da sua conclusão ou de estar em condição de uso; e

**IV** -evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho do serviço de um ativo é, ou será, significativamente pior do que o esperado.

**Art. 11** -O registro da perda de valor de que trata o caput do art. 10 deverá ter por base relatório ou parecer técnico que a justifique, além de outros documentos que comprovem ou evidenciem a sua ocorrência.

**§ 1º** -A perda por redução ao valor recuperável do ativo deve ser reconhecida imediatamente no resultado do período.

**§ 2º** -No âmbito da Administração Direta do Estado, o registro da perda por redução ao valor recuperável, conforme referido no parágrafo anterior, dependerá de prévia anuência da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE.

#### **Capítulo IV**

#### **DA DIVULGAÇÃO**

**Art. 12** -A entidade deverá divulgar, para cada classe de bens de infraestrutura, por meio de notas explicativas às demonstrações contábeis:

**I** -a descrição dos bens de infraestrutura que compõem a classe;

**II** -os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto;

**III** -os métodos de depreciação utilizados;

**IV** -as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas;

**V** -a metodologia aplicada à reavaliação e a data da sua realização;

**VI** -os critérios utilizados no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável;

**VII** -o valor contábil bruto e as eventuais perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, no início e no final do período; e

**VIII** -a conciliação do valor contábil no início e no final do período, demonstrando os totais de aquisição, de produção, de construção, de reavaliação, de redução ao valor recuperável, de alienação e de perda.

## **Capítulo V**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 13** -Os bens de infraestrutura adquiridos ou construídos anteriormente à entrada em vigor desta Instrução Normativa deverão ser submetidos a uma avaliação inicial para fins de reconhecimento ou de atualização dos valores registrados.

**Parágrafo único** -A avaliação inicial poderá ser definida com base em parâmetros de referência que considerem características, circunstâncias e localizações assemelhadas que estabeleçam critérios claros para definição do valor do bem.

**Art. 14** -Enquanto não houver determinação, pelo órgão ou entidade responsável pela administração e conservação, na forma do art. 9º, a depreciação dos bens de infraestrutura deverá ser contabilizada pelo método de cotas constantes, utilizando-se as taxas de depreciação e os valores residuais indicados no Anexo desta Instrução Normativa.

**Art. 15** -Enquanto os bens de infraestrutura não estiverem em sistema apropriado de controle patrimonial que realize o cálculo da depreciação, será admitido o registro da depreciação de forma manual, desde que a depreciação acumulada esteja registrada integralmente na data das demonstrações contábeis.

**Art. 16** -A CAGE emitirá orientações técnicas detalhadas, bem como Guia de Lançamentos Contábeis para o registro das operações mencionadas nesta Instrução Normativa por meio do Manual de Procedimentos Contábeis - CAGE, disponível no endereço eletrônico <http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br/>.

**Art. 17** -Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

**DOE de 23/11/2021**

**ROGERIO DA SILVA MEIRA,**

Contador e Auditor-Geral do Estado.

### **ANEXO**

<b>Grupo</b>	<b>Vida Útil Estimada</b>	<b>Taxa de Depreciação Anual</b>	<b>Valor Residual</b>
Rodovias Pavimentadas	20	5%	50%
Rodovias Não Pavimentadas	5	20%	50%
Pontes, Túneis e Viadutos	50	2%	20%
Outros Bens de Infraestrutura	50	2%	20%